

Passos pede aos professores para protestarem apenas na greve geral

In <http://www.tvi24.iol.pt>, 07.jun.13

O primeiro-ministro apelou aos sindicatos dos professores para que canalizem o seu protesto para a greve geral marcada para 27 de junho, suspendendo a paralisação convocada para dias de avaliações e exames nacionais.

«Há uma greve geral que foi marcada para o final do mês. As razões que possam assistir aos sindicatos podem perfeitamente passar para essa greve geral e não para uma greve que tenderá a penalizar sobretudo os estudantes e as suas famílias», afirmou Pedro Passos Coelho, nesta sexta-feira.

O chefe do executivo PSD/CDS-PP fez o apelo durante uma conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro da Polónia, Donald Tusk, com quem esteve hoje reunido na residência oficial de São Bento, durante cerca de uma hora.

Questionado pelos jornalistas sobre a greve dos professores, o primeiro-ministro começou por ressaltar que «o Governo respeita o direito à greve e que respeita as decisões que os sindicatos assumiram de anunciar o pré-aviso de greve».

«Quero aproveitar para apelar aos próprios sindicatos (...) no sentido de não prejudicarem as famílias e os estudantes que têm realmente provas importantes que precisam de prestar e que condicionam de uma forma muito relevante o seu futuro imediato, nomeadamente no que respeita à conclusão do ensino secundário e à sua candidatura ao ensino superior», acrescentou.

O primeiro-ministro espera que sejam fixados serviços mínimos que assegurem a realização normal dos exames do secundário, apesar da greve dos professores, e não seja necessário o Governo adotar «outra medida», que não especificou.

«O Governo não deixará de fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir a regularidade dos exames. Aguardamos, portanto, que a comissão arbitral possa fixar os serviços mínimos para essa greve. E eu quero acreditar que chegaremos a um entendimento para a fixação dos mínimos para a greve que for decretada», afirmou.

«Os serviços mínimos deverão garantir a realização em condições de normalidade desses exames. E espero sinceramente que não seja necessário o Governo adotar nenhuma outra medida para garantir esse objetivo», acrescentou o primeiro-ministro, sem esclarecer a que medida se referia.

Antes, Passos Coelho reclamou que o Governo PSD/CDS-PP manteve uma posição de «abertura realista» na procura de um acordo com os sindicatos dos professores.

«Não foi possível fazê-lo. Para que tivesse sido possível um acordo, todo o processo de reforma do Estado teria de ser adiado ou, pura e simplesmente, não poderia ter sido prosseguido. Ora, isso nós não podemos aceitar», alegou, responsabilizando o Tribunal Constitucional.

Segundo o chefe do Governo, «a nova lei sobre a requalificação ou a mobilidade na Administração Pública, como o alargamento para as 40 horas de trabalho na Administração Pública, não pode deixar de prosseguir depois das conclusões que foram divulgadas pelo acórdão do Tribunal Constitucional quanto ao Orçamento do Estado para 2013», que impôs «outras medidas» para «tornar as contas do Estado sustentáveis no médio e no longo prazo».

As principais razões que levaram os docentes a avançar para a greve prendem-se com a **aplicação da mobilidade especial aos docentes e o alargamento do horário de trabalho de 35 para 40 horas semanais**, medidas que foram aprovadas em Conselho de Ministros na quinta-feira à noite.

Depois de terem anunciado que iriam fazer greve às avaliações (entre os dias 7 e 14 de junho), e que iriam participar na greve geral de dia 17 (que coincide com o primeiro dia de exames nacionais), os sindicatos decidiram quinta-feira alargar a greve por mais uns dias, depois de um dia de negociações falhadas com a tutela.